

HUMBERTO BOSCO LUSTOSA BARREIRA

Prefácios

Luiz Alberto Gurgel de Faria

Alex Sander Xavier Pires

Apresentação

Adriano Sant'Ana Pedra

O VOLUNTARISMO JUDICIAL E A SUPREMACIA DO PARLAMENTO

ASPECTOS GERAIS E VISÃO BRASILEIRA E
PORTUGUESA

Belo Horizonte

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2021

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

B271v Barreira, Humberto Bosco Lustosa

O voluntarismo judicial e a supremacia do Parlamento: aspectos gerais e visão brasileira e portuguesa / Humberto Bosco Lustosa Barreira. – Belo Horizonte : Fórum, 2021.

255 p.; 14,5cm x 21,5cm.

ISBN: 978-65-5518-215-6

1. Direito Constitucional. 2. Direito Processual Civil. 3. I. Título.

CDD: 341.2

CDU: 342.7

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BARREIRA, Humberto Bosco Lustosa. *O voluntarismo judicial e a supremacia do Parlamento: aspectos gerais e visão brasileira e portuguesa*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 255 p. ISBN 978-65-5518-215-6.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	13
PREFÁCIO	
Luiz Alberto Gurgel de Faria	15
PREFÁCIO	
Alex Sander Xavier Pires	19
APRESENTAÇÃO	
Adriano Sant'Ana Pedra	23
INTRODUÇÃO	27
CAPÍTULO 1	
DIGRESSÃO CONCEITUAL OBRIGATÓRIA	31
1.1 As causas da instituição do Estado	32
1.2 Revisão das razões e causas do Estado	34
1.3 A soberania popular	38
1.3.1 A titularidade do direito de soberania	39
1.3.2 As duas doutrinas democráticas da soberania	42
1.3.3 A soberania compreendida na atualidade	44
1.3.4 A vontade do povo e a democracia constitucional	49
1.4 A supremacia do parlamento.....	51
1.4.1 A origem inglesa e a concepção da teoria	51
1.4.2 A experiência francesa e seus reflexos	59
1.5 A conceituação do voluntarismo judicial.....	66
1.5.1 (In)Suficiência da separação dos poderes.....	73
1.5.2 A experiência americana com o <i>judicial review</i>	76
1.6 Interdependência dos elementos da digressão.....	83
CAPÍTULO 2	
O VOLUNTARISMO JUDICIAL E O RESPEITO À SOBERANIA POPULAR.....	85
2.1 Direito à educação e a soberania popular	86
2.1.1 Aspectos caracterizadores da cidadania.....	89
2.1.2 Exercício da cidadania participativa decorrente da educação	93

2.2	Trunfos contra a maioria e direitos sociais.....	103
2.2.1	Trunfos na visão de Dworkin.....	108
2.2.2	Sopesamento dos trunfos na visão de Dworkin e Alexy.....	116
2.3	Proibição do retrocesso social e a capacidade estatal.....	124
2.3.1	Proteção do mínimo social.....	133
2.3.2	Possibilidade estatal.....	137
2.4	Síntese da legitimação da soberania popular.....	142

CAPÍTULO 3

O VOLUNTARISMO JUDICIAL E A SUPREMACIA DO

PARLAMENTO.....	145	
3.1	Representação popular e atividade legiferante.....	148
3.1.1	A questão da representação.....	151
3.1.2	A função legiferante.....	154
3.2	Formulação de políticas públicas e monitoramento da gestão governamental.....	159
3.2.1	As políticas públicas e sua implementação.....	161
3.2.2	Breves considerações acerca do controle judicial das políticas públicas.....	172
3.3	O voluntarismo judicial frente ao juspositivismo.....	182
3.3.1	O positivismo jurídico (juspositivismo) e o pós-positivismo.....	194
3.3.2	Panorama do voluntarismo (ativismo) judicial.....	204
3.3.2.1	Na garantia do direito à saúde.....	205
3.3.2.2	Assegurando o direito à educação.....	210
3.3.2.3	No âmbito previdenciário.....	214
3.3.2.4	No campo partidário-eleitoral.....	219
3.3.2.5	De forma difusa na vida comum.....	223
3.4	Da mutação constitucional ante a supremacia da Constituição.....	231
3.5	As repercussões do voluntarismo judicial.....	237
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	241	
REFERÊNCIAS.....	249	